

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR

A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos e Impressão: Joerna

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

O Braço Longo de Mussolini: Os 'Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma' em Portugal (1933-1937)

Simon Kuin

Departamento de História do Instituto Universitário Europeu, Florença

Em 9 de Março de 1933, pouco mais de um mês após a tomada de poder por Hitler na Alemanha, o *Gran Consiglio* fascista italiano aprovou uma declaração segundo a qual o aparecimento, além das fronteiras da Itália, de movimentos inspirados pelo fascismo, era a prova duma «afirmação de um novo espírito que — directamente ou indirectamente — encontra alimento nesse sólido conjunto de doutrinas e instituições, para o qual a Itália criou o Estado moderno: *Stato del popolo*»¹. Alguns meses depois foram criados os *Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma* (CAUR) para iniciar e coordenar contactos entre o regime de Mussolini e os vários movimentos fascistas no estrangeiro, no que foi uma clara tentativa de salvaguardar a posição da Itália face à crescente influência nazi sobre a direita radical europeia².

Os CAUR passaram a operar também em Portugal, onde, após um breve *flirt* com o Movimento Nacional-Sindicalista (N.S.), estabeleceram contactos com os meios oficiais do regime. Foi António Eça de Queirós, funcionário do Secretariado da Propaganda Nacional, que veio a representar, implicitamente, o regime de Salazar no Congresso dos CAUR em Montreux em Dezembro de 1934, congresso que constituiu o apogeu das actividades da organização da internacional fascista³. É de assinalar que todos os outros congressistas (salvo os da Grécia e da Lituânia) representaram movimentos fascistas em oposição aos seus governos nacionais.

João Medina, no único artigo do nosso conhecimento sobre os CAUR em Portugal, fala a este respeito de «reticências do Estado Novo em mandar uma delegação oficial portuguesa a um congresso italianizante»⁴.

O nosso objectivo aqui é a análise dessas reticências à luz das actividades, anteriores e posteriores ao Congresso de Montreux, dos CAUR em Portugal.

1. Constituição dos CAUR

«A partir de 1929 até hoje, o fascismo evoluiu de fenómeno italiano a fenómeno universal», declarou Mussolini em 1934. De facto, naquele ano existiam movimentos fascistas mais ou menos inspirados pelo fascismo italiano em quase todos os países europeus. O fenómeno do aparecimento e o proliferar daqueles movimentos tinha sido notado em Itália a partir de 1929, ano em que foi fundada a revista mensal *Anti-Europa*, de Asvero Gravelli. Esta revista dedicava-se a combater a velha Europa

democrática e liberal, preconizando uma nova Europa fascista. Três anos depois, apareceu uma outra revista que se ocupou da ideia da internacional fascista, a *Ottobre — rivista del fascismo universale*. As duas revistas contaram com a colaboração de, entre outros, Oswald Mosley, do movimento fascista inglês, e Vidkun Quisling, da Noruega.

Em 1932, Asvero Gravelli publicou o seu *Verso l'internazionale fascista*, em que pressagiu a constituição duma união de nações europeias sob a coordenação de uma internacional fascista, tendo as juventudes da direita radical um papel importante na realização dessa tarefa⁵. Enumera, a seguir, os vários movimentos fascistas na Europa, e assinala também um movimento fascista em Portugal: a Legião dos Fascistas Portugueses. O NSDAP alemão foi criticado por ser um partido racista, tal como aconteceu nas outras publicações dos teóricos da internacional fascista, que contrapunham o sistema italiano ao sistema nazista. Isto revela claramente o paradoxo inerente à ideia da internacional fascista: a impossibilidade de ultrapassar o forte elemento nacionalista que estava na base de todos os movimentos fascistas da Europa e regimes autoritários na Europa. Como veremos, foi esta a principal razão do fracasso dos CAUR em Portugal.

Numa tentativa de dar uma resposta à crescente influência da imagem de Hitler na Europa, os italianos começaram por reforçar a organização do partido fascista no estrangeiro, os *Fasci all'Estero*. Estes já existiam desde o início dos anos vinte, e tinham sido concebidos para integrar todos os italianos residentes no estrangeiro. Também havia *Fasci all'Estero* em Portugal, com centros em Lisboa, no Porto, no Funchal, em Olhão e nas ilhas de Cabo Verde. A partir dos anos trinta, o número de filiados aumentou consideravelmente, de 129 em 1934 a 379 em 1936, em consequência dum maior esforço propagandístico da representação diplomática italiana em Portugal⁶.

Outra iniciativa, sob proposta de Mussolini, foi o Congresso Volta de 1932, organizado com a cooperação da *Accademia d'Italia*. O congresso reuniu muitos exponentes da direita italiana e da direita estrangeira, com o objectivo de discutir o tema «A Unidade Europeia». De Portugal veio o poeta Eugénio de Castro, director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No fim do congresso, foi constituído um secretariado permanente para manter os contactos internacionais então estabelecidos.

A constituição dos CAUR teve lugar seis meses depois do Congresso Volta, sendo nomeado para presidente da organização Eugenio Coselschi. Coselschi tinha naquela altura 44 anos e era um fascista da primeira hora, antigo combatente e secretário pessoal de Gabriele d'Annunzio quando da ocupação de Fiume pelos *arditi* em 1920. É muito provável que Coselschi, em Fiume, tenha encontrado o jovem jornalista António Ferro, que fora para a cidade dalmática para entrevistar d'Annunzio.

A estrutura organizativa dos CAUR não foi, inicialmente, rigidamente definida. Foram constituídos núcleos em todas as cidades italianas, reunindo estrangeiros e italianos; no estrangeiro, a organização contava sobretudo com os italianos resi-

dentes nos respectivos países. Só a partir de 1935 foi dada uma maior atenção à composição das secções fora da Itália, que passaram a ser constituídas exclusivamente por estrangeiros, para não dar a impressão de ser um puro instrumento de propaganda.

Todavia, o principal objectivo dos CAUR era fazer propaganda do fascismo no estrangeiro. Mussolini não tinha meios à sua disposição para conquistar, militarmente ou economicamente, outros países na Europa, e, por isso, teve que recorrer a uma organização do tipo dos CAUR, que também se iria revelar como estando fora do alcance da capacidade organizativa italiana. Após um breve êxito, culminando no Congresso de Montreux, as actividades dos CAUR foram progressivamente diminuindo, até que em 1940, sob pressão da Alemanha, a organização foi dissolvida.

2. Os Primeiros Passos dos CAUR em Portugal

Os primeiros contactos entre os CAUR e a direita radical portuguesa foram estabelecidos em Junho de 1933, altura em que o órgão do fascismo internacional ainda estava em vias de organização. A *Revolução* — órgão dos nacional-sindicalistas — noticiou que o secretário das relações internacionais do partido, José Campos e Sousa, tinha recebido uma carta de Eugenio Coselschi, informando-o sobre o propósito de constituir os CAUR e pedindo-lhe informações sobre o N.S.⁷ Também foi proposto um intercâmbio de jornais nacionalistas, e durante algum tempo foram enviados exemplares de *Volontà d'Italia* e *Roma Universa* à redacção da *Revolução*. Todavia, a cooperação entre os CAUR e os nacional-sindicalistas não deve ter ido além do intercâmbio de jornais. Não apareceram mais notícias sobre contactos com os CAUR no diário dos nacional-sindicalistas e é plausível que os italianos, no início do ano de 1934, tivessem optado por dirigir os esforços dos CAUR mais no sentido de estabelecer contactos com personalidades intimamente ligadas com o regime de Salazar⁸.

É nessa altura que foi inaugurada a Acção Escolar Vanguarda, movimento de juventude sob os auspícios do SPN, numa sessão no Teatro S. Carlos, com a presença de Salazar, dos ministros da Alemanha e da Itália e do *Fascio di Lisbona*, os últimos vestidos de *camicia nera*⁹. O ministro da Itália, Alberto Tuozzi, que já anteriormente tinha expresso as suas dúvidas sobre o peso do N.S. na vida política portuguesa¹⁰, não tardou a informar o seu ministério em Roma sobre o êxito da sessão no Teatro S. Carlos, destacando o facto de o nome de Mussolini ter sido alvo de uma grande ovação¹¹. Mais tarde, seria o próprio Tuozzi a aconselhar um delegado dos CAUR, Guido Cabalzar, a contactar, antes de tudo, António Ferro, do SPN, e o 'chefe' da AEV, Oliveira e Silva, sobre a possibilidade de constituir um comité pró-universidade de Roma. Tuozzi não mencionou o nome de Rolão Preto.

A primeira missão de Cabalzar em Portugal teve lugar em Maio de 1934, numa altura em que já se tinha verificado uma cisão no Movimento Nacional-Sindicalista. Esta cisão tinha sido levada a cabo por um grupo de nacional-sindicalistas fiéis a Salazar, encabeçado por Manuel Múrias, que se separava do grupo de apoiantes de

Rolão Preto, que viria a ser progressivamente marginalizado. Estes últimos ainda chegaram a queixar-se ao secretariado geral dos CAUR do facto de não terem sido contactados por Guido Cabalzar. Numa carta datada de 26 de Maio de 1934, Campos e Sousa explica aos CAUR as razões da cisão, definindo o grupo de Múrias como «une centaine de bourgeois-conservateurs, opportunistes et ambitieux» ligados a «Salazar, homme du centre, espèce de Brüning¹² anti-fasciste, anti-révolutionnaire, conservateur, et notre pire ennemi». Segundo Campos e Sousa, a maioria dos nacional-sindicalistas, «30 000 camarades», tinha permanecido fiel ao chefe Rolão Preto, e o facto de terem sido eles os primeiros portugueses a aderir aos CAUR tornou ainda mais lamentável o aparente desinteresse de Cabalzar. Termina a carta com optimismo: «Comme fascistes, nous sommes au beau milieu de la lutte contre un gouvernement centriste, tyranique, et profondément impopulaire. Notre foi, notre courage, la confiance dans le chef et notre indomptable volonté de vaincre, nous feront gagner la partie!»¹³. Dois meses depois, o Movimento Nacional-Sindicalista já estava ilegalizado...

Quem foram, então, os *bourgeois-conservateurs* contactados por Cabalzar? Em primeiro lugar, António Ferro, que, apesar de gostar muito da ideia de aderir aos CAUR, viria a recusar o convite de Cabalzar para assumir a presidência da secção portuguesa, por já ocupar uma posição demasiado oficial. Prudentemente, Ferro sugeriu convidar Eugénio de Castro, então director da Faculdade de Letras de Coimbra, que já tinha participado no Congresso Volta na Itália e que tinha sido um dos primeiros intelectuais portugueses a aderir aos CAUR. O director do SPN indicou, também, outras pessoas que deveriam fazer parte do *comité* português, a saber: António Eça de Queirós (secretário do SPN), Ernesto de Oliveira e Silva (presidente da AEV) e João Ameal (publicista nacionalista).

Assim, a missão de Cabalzar parecia ter êxito, tanto mais que, durante uma sua visita aos meios universitários de Coimbra para contactar Eugénio de Castro e um professor italiano, Ippolito Galante, até foi considerada a possibilidade de criar duas subsecções do *comité* português em Coimbra e no Porto. De volta a Lisboa, ainda foi nomeado conselheiro e homem de confiança italiano dos CAUR em Portugal o professor Giuseppe Valentini, da Universidade de Lisboa. No fim da sua estada em Portugal, Cabalzar foi recebido por Carmona, mas uma outra visita importante que tencionava fazer não podia ter lugar: Salazar fez saber que estava «demasiado ocupado» para receber o delegado dos CAUR.

A falta de interesse de Salazar quanto aos CAUR, ou, como procuraremos demonstrar adiante, a desconfiança do 'ditador frio' em relação à organização do fascismo internacional, deve ter sido um sinal para Cabalzar de que era necessário operar com muita prudência nos meios portugueses. Numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, por exemplo, Cabalzar chegou a salientar o carácter cultural dos CAUR e a negar que estes fossem portadores da ideologia fascista: «Quero, porém, precisar que não sou portador duma ideia política e que não me dirijo a este ou àquele sector de opinião, mas a todos, a todos os portugueses que vêm na universalidade de Roma uma missão de paz, de grandeza e de elevação.»¹⁴

Finda a missão de Cabalzar, o ministro de Itália em Portugal relatou as actividades do representante dos CAUR ao Ministero degli Affari Esteri, ministério que controlava atentamente as iniciativas de Coselschi¹⁵. Na opinião de Tuozzi, as actividades dos CAUR em Portugal deviam ser estreitamente culturais, dado que o país em que estava acreditado atravessava um período de nacionalismo aceso, olhando com desconfiança todas as iniciativas estrangeiras, considerando-as como tentativas de intromissão na política interna¹⁶.

O regime de Salazar estava, de facto, a atravessar um período de nacionalismo aceso, devido ao relativo isolamento internacional face à Espanha republicana e democrática, e em defesa contra a ameaça dos movimentos de oposição no próprio país, tanto de esquerda (revolta da Marinha Grande em 18 de Janeiro) como de direita, onde o Movimento Nacional-Sindicalista tinha vindo a pôr em causa o 'comando único' de Salazar. Para realizar a 'unidade, coesão e homogeneidade' do país foram tomadas, ao longo dos anos de 1933 e 1934, várias iniciativas, entre as quais se destacam a criação do Secretariado da Propaganda Nacional, a organização da PVDE, a criação da Acção Escolar Vanguarda, a convocação do Primeiro Congresso da União Nacional e por fim a repressão do Movimento Nacional-Sindicalista.

A AEV funcionaria como organização de inclusão e controlo dos estudantes da direita radical, tendo o regime como objectivo roubar o apoio da juventude ao Movimento Nacional-Sindicalista. O controlo da AEV estava confiado ao SPN, que também era responsável para as publicações vanguardistas. Através destas publicações, o regime lançou o contra-ataque à 'Internacional Branca' dos CAUR, evitando cuidadosamente, porém, mencionar a organização de Coselschi pelo próprio nome.

No início do novo ano escolar de 1934 foi publicado o opúsculo *Contra todas as internacionais* da Editorial Vanguarda, da autoria de Augusto da Costa¹⁷. Costa já tinha aceitado o convite de escrever o livro em Outubro de 1933, isto é, antes da constituição oficial da AEV e depois de ser do conhecimento público que o Movimento Nacional-Sindicalista tinha estabelecido contactos com os CAUR¹⁸. Em *Contra todas as internacionais* foram abordadas as actividades de três internacionais diferentes, na linguagem dos vanguardistas designadas pela Internacional Vermelha ou 'do Sangue', pela Internacional Dourada 'do Dinheiro' e pela Internacional Branca da 'reação nacionalista'¹⁹. Das três internacionais citadas, aliás, só duas tinham órgãos políticos internacionais, a saber: o Komintern e os recém-criados CAUR. Embora a parte do texto consagrada ao Komintern tenha sido a mais grosseira e violenta, é, na nossa opinião, a parte sobre a Internacional Branca que contém a advertência mais explícita. Augusto da Costa faz uma distinção entre dois aspectos da Internacional Branca: um aspecto estático e outro dinâmico. O primeiro aspecto consiste na coexistência de vários regimes autoritários e fascistas, entre os quais a Itália, a Alemanha e Portugal. É aí que «deve terminar a nossa participação absolutamente involuntária na Internacional Branca». Em consequência disso, é afastada a hipótese duma participação de Portugal numa organização do tipo CAUR: «Sob o ponto de vista dinâmico, a Internacional Branca é constituída pelas várias imitações

do fascismo que se têm desenvolvido um pouco por toda a parte. São as 'camisas negras' na Itália; são as 'camisas castanhas' na Alemanha; na Irlanda; são as 'camisas' azuis, cinzentas, encarnadas, pardas, furta-cores, espalhadas pelo resto do mundo. Que temos nós de comum com estas várias organizações, no seu aspecto activo, militante? Nada. Devemos entender-nos com elas, concertar com elas qualquer plano de acção? De modo nenhum.»²⁰

Na visão do autor de *Contra todas as internacionais*, o regime de Salazar não necessitava de aderir a organizações ligadas ao fascismo italiano, porque isto significaria negar a originalidade da ideologia que estava na base do Estado Novo, seguir um caminho antinacional, e cair sob a ameaça das aspirações imperialistas italianas no campo colonial. Voltaremos ao último aspecto, que viria a influir significativamente as relações luso-italianas em 1935.

Não obstante a propaganda anti-internacionalista feita nas publicações vanguardistas, foi através da AEV que os CAUR mantiveram o contacto com os meios portugueses. Em Outubro de 1934, uma delegação de vanguardistas visitou a Itália, acompanhada por António Ferro, que aí participava no IV Congresso Volta, um congresso anual instituído pelo fascismo, que tinha por fim reunir um grande número de personalidades do mundo da cultura e das ciências à volta do *Duce*. A viagem a Roma não tinha só por fim o estudo das organizações de juventude italianas, visto que os vanguardistas também fizeram uma visita à sede dos CAUR, onde lhes foi entregue uma carta de Coselschi, que naquela data se encontrava em Paris. O teor da carta não pode ter deixado de suscitar a desconfiança de Salazar: «Possais vós reconhecer no vulto da Itália fascista (que), com fé absoluta no seu grande chefe, operosamente caminha para a conquista do futuro, o signo comum às duas raças»²¹, tal como não lhe deve ter agradado o intento dos vanguardistas de visitar Musso-lini, visita que, aliás, não teve lugar²².

O regresso da delegação de vanguardistas da Itália, impressionada pela organização dos movimentos de juventude *Balilla* e *Gruppi Universitari Fascisti* (GUF), deu lugar a uma modesta reanimação da AEV, que, após o início do novo ano escolar, tinha caído num estado vegetativo. As novas iniciativas (entre outras, um ciclo de conferências sobre a Itália fascista), porém, viriam a ser sufocadas pouco tempo depois, quando, em Janeiro de 1935, Ernesto de Oliveira e Silva era afastado da presidência da AEV e substituído por António Almodôvar, um funcionário do Ministério da Instrução Pública, que ainda não tinha participado em actividades internacionais da organização vanguardista. Deste modo, a AEV ficava sem contactos com os CAUR a partir de 1935.

A última iniciativa conjunta dos CAUR e o regime português antes do Congresso de Montreux em Dezembro de 1934 demonstra já uma mudança da atitude do Estado Novo quanto à internacional fascista. Desta vez, é o regime de Salazar que sabe habilmente usar o patrocínio dos CAUR para fazer propaganda sobre Portugal na Itália. Em 24 de Novembro de 1934, Fernando Emigdyo da Silva, professor da Universidade de Lisboa, deu um colóquio em Roma, sob os auspícios dos CAUR, sobre as expedições portuguesas em África no século XIX²³.

3. O Congresso em Montreux

Ao longo do ano de 1934, os CAUR tinham estabelecido relações com os demais movimentos fascistas na Europa e tinha chegado o momento de concretizar a internacional fascista. Para este fim foi convocado um Congresso em Montreux, que teve lugar em 16 e 17 de Dezembro de 1934. No congresso, estavam representados grupos fascistas de 13 países, os mais conhecidos sendo os *Francistas* de Bucard, os *Heimwehren* austríacos, a *League of Youth* irlandesa do general O'Duffy, o *Zwart Front* holandês, chefiado por Arnold Meijer, e a *Guarda de Ferro* (Roménia). O NSDAP alemão não estava representado, facto que põe em relevo a função propagandística italiana dos CAUR.

Como já referenciámos atrás, o único congressista que não representou um movimento fascista em oposição ao próprio governo foi o delegado português, António Eça de Queirós, facto que dava lugar a confusão no seio dos CAUR. Nas actas do congresso, Eça de Queirós é apresentado como representante do nacional-sindicalismo português, movimento encabeçado por Salazar...²⁴

Na primeira sessão do congresso foi abordada a situação política nos países representados. A contribuição de Eça de Queirós nesta sessão limitava-se a um cântico do Estado Novo: «...l'État corporatif est en Portugal un fait accompli. Il n'a pas été imposé, mais proposé d'abord à l'élite et ensuite au peuple et aux ouvriers, qui peu à peu l'ont accepté et réalisé.»²⁵ Continuando o seu discurso, enfatiza a originalidade do sistema político português: «[à Lisbonne] l'État nouveau, l'État fort... sont des faits accomplis. Nous n'avons plus rien à suivre, ni à approuver, puisque nous avons réalisé une oeuvre parallèle à la grande oeuvre romaine.»²⁶ A sua afirmação de que o regime português não precisava de seguir ou aprovar outras ideologias implicava que o Estado Novo também não necessitava de manter contactos com organizações do tipo dos CAUR. Todavia, Eça de Queirós propôs um reforço das estruturas internacionais dos CAUR. Salazar não lhe deve ter agradecido essa proposta, visto que, segundo uma fonte bem informada dos CAUR, Eça de Queirós teve que justificar a sua atitude durante o Congresso de Montreux quando regressou a Portugal²⁷.

Na segunda sessão do congresso, o delegado da *Guarda de Ferro*, Ion Motza, levantou a questão do anti-semitismo, dando lugar a uma discussão, o que os organizadores do congresso até esse momento cautelosamente tinham tentado evitar. Motza declarou que os judeus controlavam a economia e a cultura da Roménia e pediu que se votasse uma resolução sobre a matéria. O representante grego, Mercouris, opôs-se ao pedido e a ele juntaram-se os delegados da Itália, da Austria, da Holanda e de Portugal, tendo Eça de Queirós declarado que em Portugal não existia um 'problema judeu' e que os outros países teriam que resolvê-lo como quisessem. Todavia, o congresso aprovou uma resolução de tom nitidamente anti-semítico, denunciando a 'acção nefasta' dos judeus em alguns países.

Durante o congresso foram aprovadas mais três resoluções, todas em relação aos valores universais do fascismo. A primeira resolução definiu os CAUR como veículo de colaboração entre todos os 'homens de fé e de acção' numa obra de 'paz e

progresso'. A seguir, a segunda resolução fez votos que a internacional fascista se empenhasse a combater as internacionais comunistas e capitalistas. A última resolução afirmou que só movimentos decididos a conduzir a própria revolução num espírito autoritário e corporativo, seguindo o modelo romano, podiam filiar-se aos CAUR.

Finalmente, o congresso ainda resolveu criar a *Commissione di Coordinamento per l'Intesa del Fascismo Universale*, com sede em Roma. Esta comissão não chegou a reunir-se mais de duas vezes, em 30 de Janeiro de 1935 em Amsterdam, com a presença de Anton Mussert, chefe do *Nationaal-Socialistische Beweging* — os nacional-socialistas holandeses —, e em 1 de Abril de 1935, também em Amsterdam. Nestas reuniões na Holanda, o regime de Salazar já não esteve representado.

4. A Resposta Portuguesa: a Liga de Acção Universal Corporativa

Como já salientou João Medina, foi notável que os jornais portugueses não noticiassem a participação de Eça de Queirós no Congresso de Montreux, tanto mais que este era colaborador do órgão da União Nacional, o *Diário da Manhã*²⁸. A omissão do nome de Eça de Queirós e o pouco destaque que os jornais deram ao congresso demonstram a desconfiança de Salazar, que veio a conceber uma resposta original às actividades dos CAUR em Portugal: a Liga de Acção Universal Corporativa (LAUC), espécie de CAUR à portuguesa.

A LAUC foi criada no âmbito da segunda missão em Portugal do delegado dos CAUR, Cabalzar, em Fevereiro de 1935. O objectivo da missão era estreitar os contactos estabelecidos na missão anterior, e para esse fim Cabalzar foi encontrar-se com Eça de Queirós e Eugénio de Castro. Após ter reunido com Salazar, que interveio pessoalmente na redacção do programa da liga, tirando todas as alusões ao fascismo, Cabalzar e os seus colegas portugueses constituíram a Liga de Acção Universal Corporativa em 15 de Fevereiro²⁹.

O programa da LAUC deliberou: «A liga, tendo tomado conhecimento da admirável actividade e dos estatutos dos CAUR, resolveu dar começo a uma intensa obra de propaganda que, de um lado, espalhará pelo mundo inteiro a realidade do Estado Novo Corporativo português e, do outro, dará a conhecer em Portugal os grandes esforços realizados em todos os países, por aqueles que lutam pelo ideal que nos é comum. A liga deseja ser o fulcro da aristocracia intelectual e política do novo Portugal, em volta do qual se deverão agrupar todos os elementos que compreendem o valor das ideias que transformam o mundo dando-lhe uma elevada unidade espiritual. A liga delibera dar começo aos seus trabalhos enviando as suas homenagens ao Dr. Oliveira Salazar, criador do Estado Novo português, a Benito Mussolini, pioneiro do nacionalismo corporativo universal (*sic*), e ao general Coselschi, presidente dos CAUR.»

Para presidente da LAUC foi nomeado Eugénio de Castro, secundado por António Eça de Queirós (secretário-geral) e João Ameal (secretário-geral adjunto). Do conselho directivo da liga faziam parte mais cinco pessoas, todas ligadas à

imprensa portuguesa: Caetano Beirão, Fernando de Campos, conde de Aurora, António de Menezes, Abílio Pinto de Lemos e Augusto da Costa. Desta vez, a notícia da cooperação entre os CAUR e o regime de Salazar também chegou ao conhecimento do público através do *Diário de Notícias*³⁰.

Com a criação da LAUC, a obra dos CAUR em Portugal parecia ter progredido duma maneira significativa. O ministro da Itália em Portugal, todavia, tinha dúvidas acerca do futuro da LAUC: «Na prática, a liga constituída não parece destinada a ter um futuro brilhante e logo poder servir a ideia fascista; muito provavelmente, ela não vai produzir resultados concretos.»³¹

Na verdade, nos meses a seguir à partida de Cabalzar para Roma, a LAUC não desenvolveu actividade nenhuma. Do lado italiano, porém, registou-se um incremento da propaganda. Em 23 de Janeiro de 1935 é inaugurado um curso de italiano na Universidade do Porto, tendo-se inscrito mais de 700 pessoas. Outra iniciativa era a constituição de um 'Gabinete de Documentação Económica e Financeira Italiana' ligado ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em 20 de Fevereiro desse ano. O gabinete italiano consistiu em uma sala de estudos e uma biblioteca, para onde foram enviadas publicações de, entre outros, Mussolini e Bottai, o autor da *Carta del Lavoro*. Nos meses de Março, Abril e Maio foi dado um curso de 'cultura corporativa' pelo professor Giuseppe Valentini. Ainda foi solicitado o envio dum professor de direito corporativo da *Scuola Normale Superiore di Pisa*, mas não havia nenhum professor disponível³².

A propaganda italiana em Portugal atingiu o seu auge em 29 de Abril, dia das comemorações do *Natale di Roma*, quando estreou o filme *Camicia Nera* no Cinema São Luiz. A lista dos presentes é impressionante: Salazar, Carmona, Mesquita Guimarães, e os ministros da Guerra, Colónias, Comércio, Obras Públicas e Instrução Pública. Também estavam a assistir ao espectáculo 200 vanguardistas, todos fardados. Ao público foi distribuído o poema *Canto latino per l'anno XIII*, um elogio de Mussolini pelo poeta Pierre de Nolhac. Será este o tipo de 'actividades culturais' aconselhado por Tuozzi no ano anterior?

Em todo o caso, a cooperação ao nível político entre a LAUC e os CAUR nunca chegou a materializar-se. Em Agosto de 1934, os CAUR empreenderam a sua terceira, e última, missão em Portugal; desta vez, o delegado não era Cabalzar mas o advogado Ubaldo Baldi Papini. Num amplo relatório sobre a situação política em Portugal, Baldi Papini dá uma imagem sombria da LAUC: «Nenhuma ideia de *universalidade* anima o mundo político e intelectual de Portugal, e a 'liga' nem sequer é aumentada de novos adeptos; isto é sobretudo devido aos seus dirigentes, a um Castro, personagem demasiado alta para seguir de perto o funcionar da organização, a um Eça de Queirós demasiado preocupado em se manter fiel ao pensamento do governo, a um Costa demasiado ocupado e vaidoso»³³.

Baldi Papini não era encarregado de uma missão específica da parte dos CAUR; a tarefa da sua visita foi o estudo do sistema político português no sentido mais amplo possível. Daí resultou um relatório interessante, no qual também tenta analisar os

factores que levaram ao fracasso dos CAUR em Portugal. Transcrevemos aqui algumas partes do relatório de Baldi Papini.

Depois de se ter debruçado sobre a história da queda do regime republicano e de ter dado uma descrição dos órgãos corporativos portugueses, Baldi Papini relata as entrevistas com altos funcionários da União Nacional (infelizmente, sem mencionar os nomes). Enfatiza desde logo as diferenças entre esta ‘força civil de apoio à ditadura’ e o partido de massas que era o partido fascista italiano. Aos funcionários entrevistados é perguntado porque não foi dada à União Nacional «uma estrutura mais viril, mais sólida, mas fascista, uma organização capilar para a transformar num verdadeiro partido de massas, vivo e activo» usando «os símbolos sagrados dos antigos combatentes da Grande Guerra»³⁴. Esta sugestão de Baldi Papini, que tinha muitas ressonâncias do programa do Movimento Nacional-Sindicalista, foi rejeitada pelos seus interlocutores, que recorreram ao facto de o «carácter do povo português, a sua índole latina ‘atlântica’», não se prestar à mobilização política maciça da população. Além disso, um recurso ao estilo fascista da parte da União Nacional teria por consequência, inevitavelmente, a oposição de parte do corpo de oficiais do exército, levando a uma cisão no exército, situação que Salazar procurava evitar a todo o custo³⁵.

As reticências dos militares quanto a organizações que lembravam as instituições fascistas italianas também se fizeram sentir no âmbito da Acção Escolar Vanguarda. Baldi Papini refere aqui as palavras de condenação pronunciadas pelo coronel Lopes Mateus durante o I Congresso da União Nacional em Maio de 1934, em relação às paradas da milícia da AEV. Segundo Lopes Mateus, a organização vanguardista devia evitar estas ‘exibições ridículas’ e ‘provocações inúteis’. Em consequência disso, e devido a razões financeiras, os subsídios mensais do SPN para a AEV foram reduzidos de 15 000 escudos para 6 500 escudos a partir de Janeiro de 1935³⁶. Concluía o delegado dos CAUR: «Foi atingido o objectivo: de órgão político, a AEV tornou-se numa associação modesta, inócua e acéfala de carácter estritamente escolar.»³⁷ Durante uma conversa com estudantes da Universidade de Coimbra nota a desilusão dos vanguardistas quanto à situação da AEV: «Nós nunca teremos belas esquadras, divisas e galhardetes, como os nossos camaradas da Itália. Aqui obstinam-se a não compreender que a juventude não pode viver só de colóquios, de leitura, de silêncio, e ignoram que ela, pelo contrário, precisa de se mover, de agir, de cantar!»³⁸. Na altura da missão de Baldi Papini, todavia, o Governo estava a reconsiderar a situação da AEV, verificando que o abandono do projecto de enquadrar a juventude numa organização controlada pelo Estado podia levar ao perigo de a juventude ser atraída pela esquerda. Para esse fim, António de Almodôvar, o então presidente da AEV, tinha sido enviado numa missão de estudo à Alemanha, onde foi recebido por dirigentes da *Hitlerjugend*, que lhe tinham preparado uma visita guiada às instalações do movimento de juventude alemão. Estava-se já a caminho da Mocidade Portuguesa...

A última missão dos CAUR em Portugal ainda resultou num contacto entre um «camisa azul», que afirmava ser um amigo pessoal de Rolão Preto, e o delegado da

organização italiana. O encontro teve lugar no Casino Estoril, em 18 de Agosto de 1935, numa altura em que o Movimento Nacional-Sindicalista já estava ilegalizado. O interlocutor de Baldi Papini, pedido a comentar uma observação de Salazar de que Portugal carecia de técnicos competentes para levar a cabo uma obra similar àquela de Hitler ou de Mussolini, responde: «Fazem falta porque não há preparação, e mesmo o facto de terem sido criadas cátedras de direito corporativo junto das faculdades jurídicas não basta para forjar dirigentes. É preciso compenetrar os portugueses de uma consciência corporativa, dum espírito de compreensão e de fé, o que só o partido é capaz de fomentar e criar. Neste campo também, Mussolini usou palavras verdadeiras quando disse que o corporativismo pressupõe, além de um estado totalitário de alta tensão idealística, um partido único.»³⁹

Infelizmente para os CAUR, os partidários do fascismo em Portugal encontravam-se marginalizados. Em 1935, Salazar já tinha consolidado o seu poder, tendo legitimado e fortalecido o regime autoritário através da União Nacional, partido único definido por Baldi Papini como «um balde de água fria onde os pedaços ferventes vão a arrefecer, onde o fogo se apaga»⁴⁰.

O estilo do relatório leva à conclusão de que a mesma metáfora poderia ser aplicada à recepção das iniciativas dos CAUR em Portugal. Sintetizando o resultado da sua missão, Baldi Papini faz uma enumeração dos principais obstáculos encontrados, sendo o primeiro «As ideias erradas que se têm em Portugal acerca do fascismo, devido às grosseiras e falsas opiniões de Salazar, que tem descrito o fascismo como uma ditadura que tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos». Como segundo factor negativo, Baldi Papini aponta para o chauvinismo português, e cita Augusto da Costa, que lhe tinha dito: «Le fascisme est grand, oui, mais on vous a dépassés!»

Finalmente, o terceiro obstáculo às actividades dos CAUR em Portugal, e, na nossa opinião, a principal razão do fracasso das três missões de Cabalzar e Baldi Papini, foi a luta sistemática contra o integralismo dos nacional-sindicalistas. Diz o delegado dos CAUR: «O Governo receia que os partidários de Rolão Preto possam reunir-se à volta de um *Comitato* (dos CAUR, *nada*) para constituir um grupo organizado, ou, pelo menos, para trazer inspiração e instrução do fascismo. Portanto, é recusado o direito de existir a um *comité* dos CAUR pelos mesmos motivos, pelas mesmas apreensões, pelos quais seria recusada a existência de qualquer instituição estrangeira de carácter subversivo!»⁴¹

O caminho a seguir pelos italianos, segundo Baldi Papini, seria portanto o de intensificar as relações culturais e de desistir, por enquanto, das tentativas de cooperação no nível político. Todavia, o delegado dos CAUR é optimista quanto ao futuro: «Uma vez estabelecido este complexo de estreitas e assíduas relações, a plena compreensão do espírito italiano e da ideia fascista produzir-se-á naturalmente, e então, a acção dos CAUR impor-se-á de um modo estável. (E) o fascismo universal vai ter uma vantagem palpável disso, porque Portugal, sentinela da Europa avançada

ao oceano, é capaz de dar uma contribuição deveras eficaz, pela sua energia, pela sua paixão e pela sua coragem, à causa da nova civilização.»⁴²

5. A Invasão Italiana da Etiópia e o Fim das Actividades dos CAUR em Portugal

Como já observou Borejsza, a eclosão da guerra entre a Itália e a Etiópia, em 2 de Outubro de 1935, veio dificultar imensamente a 'obra de paz' dos CAUR, obra que agora tinha perdido toda a credibilidade⁴³. A agressão italiana ao país do Negus não pôde deixar de afectar as relações luso-italianas, visto que o regime português receava que uma alteração do *status quo* no continente africano podia levar a uma reconsideração dos mandatos coloniais e, eventualmente, a uma perda de território colonial. De facto, ao longo dos anos 20 e 30 tinham corrido boatos de que Portugal, sob a pressão das grandes potências coloniais, estava disposto a vender as suas colónias à Itália. Um eco daqueles boatos ainda chegou aos ouvidos de Baldi Papini, que, no fim de uma conversa com um alto funcionário da União Nacional, foi encarregue de fazer saber a Mussolini que «nós nunca venderemos as nossas colónias!».

A guerra na Etiópia e a subsequente condenação por parte de Portugal da política italiana, que veio a expressar-se mediante a nomeação de Augusto de Vasconcellos para presidente duma comissão de coordenação de sanções contra a Itália (no âmbito da Sociedade das Nações), significou também o fim de um projecto gigantesco de cooperação cultural entre Portugal e a Itália sob o patrocínio dos CAUR: a 'Exposição da Civilização Latina'. Tratou-se de uma ideia de Augusto de Castro, ministro de Portugal em Bruxelas e antigo ministro de Portugal em Roma, e membro dos CAUR. Castro já se tinha mostrado activo no campo da propaganda, sendo responsável pela presença portuguesa como 'país legado aos CAUR' na 'Exposição do Fascismo Universal', organizada em Bruxelas em Julho de 1935⁴⁴. A 'Exposição da Civilização Latina', todavia, devia ter um alcance bem maior do que a exposição em Bruxelas, fazendo antever a grandeza da Exposição do Mundo Português de 1940, da qual o próprio Castro seria organizador.

O projecto de Augusto de Castro consistia numa exposição de «tudo que a civilização latina, ao longo de dois mil anos, tem criado no mundo político, colonial, científico e artístico», enaltecendo o «espírito de Roma» existente nos «povos que saíram do seu grande seio criador». O exemplo a seguir era a *Mostra della Rivoluzione Fascista*, exposição de propaganda fascista organizada em Roma em 1932. A inauguração da exposição era prevista para o ano de 1937, a realizar em Ostia, estação balnear perto de Roma. Um *comité* especial dos CAUR devia ocupar-se da realização do grande projecto⁴⁵.

Em Julho de 1935, Augusto de Castro empreendeu uma viagem a Roma para apresentar o projecto (que tinha sido aprovado pelo Governo português) a Galeazzo Ciano, então ministro de imprensa e propaganda. A proposta foi aceite pelo genro de Mussolini, que, no mesmo colóquio com Castro, falou abertamente da possibilidade duma guerra na Etiópia⁴⁶. Após esse encontro, o assunto da 'Exposição da Civilização Latina' nunca mais foi retomado.

A partir de 1936, as actividades dos CAUR em relação a Portugal limitaram-se à tradução de discursos de Salazar⁴⁷ e à propaganda italiana em Portugal, mediante o correspondente da agência Stefani, que era delegado dos CAUR em Portugal. Em 1937, os CAUR ainda consideraram a ideia de organizar um intercâmbio entre oficiais da Legião Portuguesa e os seus colegas da milícia fascista italiana, mas esta proposta foi rejeitada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano⁴⁸. A influência dos CAUR, já muito reduzida na Itália após a guerra na Etiópia, mostrou-se agora praticamente inexistente em Portugal: o «balde de água fria» tinha apagado «o fogo que veio de Roma».

- ¹ Este artigo teve como ponto de partida uma investigação sobre as relações diplomáticas entre a Itália e Portugal no *interbellum*, realizado já há alguns anos no âmbito duma tese de licenciatura da Universidade de Amsterdam, e prolongada após a mesma. A pesquisa então levada a cabo baseava-se na consulta de documentos inéditos em arquivos portugueses e italianos, a saber: o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AMNE); o *Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri* (ASMAE); e, por fim, o *Archivio Centrale dello Stato* (ACS), onde foram consultados os fundos *Segreteria Particolare del Duce* (SPD), *Ministero della Cultura Popolare* (MCP) e *Presidenza del Consiglio dei Ministri* (PCM). Posteriormente, foram ainda consultados documentos do Arquivo Salazar, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).
- ² Sobre a história dos CAUR, vide: Michael A. Ledeen, *Universal Fascism: The theory and practice of the Fascist International, 1928-1936*, New York, 1972, e Jerzy W. Borejsza, *Il fascismo e l'Europa orientale: dalla propaganda all'aggressione*, Roma/Bari, 1981.
- ³ Não era a primeira vez que António Eça de Queirós, filho do grande escritor, se envolvera em organizações internacionais da extrema direita. Em 1927 foi redactor principal da *Revista Antibolchevista*, publicação mensal do *Secretariado Português da 'Entente Internationale contre la IIIème Internationale'*, que funcionou num edifício do Ministério da Guerra.
- ⁴ João Medina, «O congresso fascista em Montreux (1934)», in: AA.VV., *O fascismo em Portugal — Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Lisboa, 1982, pp. 187-193.
- ⁵ Asvero Gravelli, *Verso l'internazionale fascista*, Roma, 1932, pp. 219-220.
- ⁶ ACS, Arquivo MCP, Busta 404, Relatório Mameli, 2-11-1936.
- ⁷ *Revolução*, 6-6-1933.
- ⁸ Um relatório dum enviado dos CAUR em Portugal, Guido Cabalzar, mostra que os contactos com o N.S. tiveram origem num engano, dado que os CAUR tomaram Campos e Sousa por um representante do Governo e não por um membro dum «grupo minoritário de oposição à ditadura». ACS, Arquivo MCP, Busta 404, relatório Cabalzar, 4-6-1934.
- ⁹ Sobre a AEV, vide: António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)*, Lisboa, 1980.
- ¹⁰ ASMAE, Portugallo — Affari Politici, Busta 1, 1933, relatório Tuozzi — Mussolini, 12-7-1933.
- ¹¹ ASMAE, Portugallo — Affari Politici, Busta 2, 1934, telegrama Tuozzi — Mussolini, 29-1-1934.
- ¹² Heinrich Brüning (1885-1961), do partido católico alemão do *Zentrum*, era chanceler de 1930 até 1932, com o apoio dos sociais-democratas, numa tentativa de travar a ascensão de Hitler. Na sua qualidade de chanceler tentou dissolver as SA. Exilou-se quando Hitler subiu ao poder. Rolão Preto disse uma vez de Brüning: «Os *Brünings*, ou quem os inventa e deles se serve, são o produto dum pensamento que os duros empirismos da guerra condenaram para os nossos tempos. [...] Hoje um; amanhã outro, os *Brünings* irão caindo, quer eles queiram quer não...» in: *Revolução*, Ano 1, nº 103, 11-7-1932.

- ¹³ ACS, Arquivo MCP, Busta 404, carta de Campos e Sousa a Augusto Pescosolido, secretário-geral dos CAUR, 26-5-1934.
- ¹⁴ *Diário de Lisboa*, 14-5-1934.
- ¹⁵ ACS, Arquivo MCP, Busta 404, Telespresso Tuozzi — Mussolini, 29-5-1934; o documento traz a rubrica de Mussolini.
- ¹⁶ *Idem*, p. 2.
- ¹⁷ Augusto da Costa (1899-1954) era escritor e jornalista, pertenceu ao Integralismo Lusitano e foi, em 1918, director do jornal dos integralistas, *A Monarquia*. Na altura em que escreveu *Contra todas as internacionais*, era secretário da Presidência do Conselho.
- ¹⁸ Consta das listas das despesas do SPN que Augusto da Costa recebeu, em Novembro de 1933, uma quantia de 482 escudos para o livro *Contra todas as internacionais*. ANTT, AOS/CO/PC-19, relações discriminadas das despesas efectuadas (SPN, 1933).
- ¹⁹ *Contra todas as internacionais*, Lisboa, 1934, p. 23.
- ²⁰ *Idem*, pp. 35-36.
- ²¹ «A AEV na Itália», *Avante!*, 2ª série, nº 7, 11-11-1935.
- ²² Na sua terceira entrevista com António Ferro em Outubro de 1934, Mussolini informa-se sobre os vanguardistas de quem «tive muito pena de não os poder receber». António Ferro, *Homens e multidões*, Lisboa, 1938, p. 184.
- ²³ ACS, Arquivo PCM, Busta 14/3/2777. Carta de Coselschi, presidente dos CAUR, datada de 19-11-1934, para convidar Mussolini para assistir ao colóquio de Emigdyo da Silva. Mussolini recusou o convite.
- ²⁴ *Comités d'Action pour l'Universalité de Rome — Réunion de Montreux 16-17 Décembre 1934-XIII*, Roma, 1935, p. 24.
- ²⁵ *Idem*, p. 70.
- ²⁶ *Idem*, p. 71.
- ²⁷ Ubaldo Baldi Papini, *Portogallo Nuovo. Lineamenti critici della riforma politico-costituzionale del Portogallo*, Firenze, 1936, p. 79.
- ²⁸ João Medina, *ob. cit.*, p. 192.
- ²⁹ A intervenção de Salazar no programa da LAUC foi relatada pelo ministro de Itália em Portugal, Tuozzi, num *telespresso* datado de 20-2-1935. ACS, Arquivo MCP, Busta 404.
- ³⁰ *Diário de Notícias*, 19-2-1935.
- ³¹ ACS, Arquivo MCP, Busta 404, Telespresso Tuozzi-Sottosegretariato di Stato per la Stampa e Propaganda, 20-2-1935.
- ³² ACS, Arquivo MCP, Busta 404, Fascicolo «Istituto Superiore di Scienze Economiche e Finanziari di Lisbona».
- ³³ ACS, Arquivo MCP, Busta 404, Relatório Baldi Papini, p. 44.
- ³⁴ *Idem*, pp. 14-15.
- ³⁵ *Idem*, p. 18.
- ³⁶ ANTT, AOS/CO/PC-19, relações discriminadas das despesas efectuadas (SPN, 1934-1935).
- ³⁷ ACS, Arquivo MCP, Busta 404, Relatório Baldi Papini, p. 20.
- ³⁸ *Idem*, pp. 23-24.
- ³⁹ *Idem*, p. 33.
- ⁴⁰ *Idem*, p. 40.
- ⁴¹ *Idem*, pp. 45-46.
- ⁴² *Idem*, p. 49.
- ⁴³ Jerzy W. Borejsza, *ob. cit.*, p. 150.
- ⁴⁴ *Vide: Universalità Fascista*, nºs 9-10, Luglio-Agosto 1935, Anno VII, p. 598.
- ⁴⁵ ACS, Arquivo SPD, Carteggio ordinario, Busta 145.327, *Progetto di una mostra della civiltà latina, in Roma, in occasione del Bimillenario di Augusto*.
- ⁴⁶ AMNE, 3º P A13 M88, Relatório A. de Castro, 27-7-1935.
- ⁴⁷ António de Oliveira Salazar, *Portogallo e Comunismo*, Quaderni dei CAUR, nº 5, Roma, 1937.
- ⁴⁸ ASMAE, Portogallo — Affari Politici, Busta 6, «Situazione politica in Portogallo», 1-1-1938.